



PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

RUMO À COP29



COP29
Baku
Azerbaijan

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP29), ocorrerá de 11 a 24 de novembro em Baku, Azerbaijão. A edição deste ano retomará as discussões da COP28, que encerrou com um acordo sobre o Global Stocktake (GST), que diz respeito ao processo que examina como os países estão cumprindo suas metas em relação às mudanças climáticas, definidas pelo Acordo de Paris; e terá como foco o financiamento climático. O objetivo será criar uma Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG), traçada pela última vez em 2009 e que acordou que países desenvolvidos forneceriam US\$100 bilhões por ano, até 2020, para ajudar os países em desenvolvimento a mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, meta que só foi alcançada em 2022.

Com a realização da COP29, surgem uma série de questionamentos e desafios em torno da criação da NCQG, como quem irá fornecer o financiamento, quanto deverá vir do setor público e quanto do privado, quem serão os países a receberem tal

financiamento e se as quantias serão em forma de empréstimo ou doações. Outro objetivo relevante para o Brasil na COP29 é avançar nas discussões sobre o mercado de carbono, incluindo a criação de um Registro Único e a definição do papel dos governos nacionais e internacionais na autorização de créditos de carbono, visando à sua finalização na COP30.

Agenda Oficial da COP29

11/11	COP29 Opening
12/11	World Leaders Climate Action Summit
13/11	World Leaders Climate Action Summit
14/11	Finance, Investment and Trade
15/11	Energy / Peace, Relief and Revocery
16/11	Science, Technology and Innovation / Digitalisation
17/11	Rest Day & Opportunity to Experience Azerbaijan with W&A
18/11	Human Capital / Chilfren and Youth / Health / Education
19/11	Food, Agriculture and Water
20/11	Urbanisation / Transport / Tourism
21/11	Nature and Biodiversity / Indigenous People / Gender Eequality / Oceans ans
22/11	Final Negotiations



Liderança Climática

Brasil Avança com Planos Estratégicos em preparação para a COP29

Em fevereiro, Brasil, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão lançaram oficialmente uma aliança inédita para implementar o acordo da COP28 através de um Roadmap para a missão 1,5°C. Implementada através da “Troika das Presidências da COP”, a parceria visa garantir que os países membros da convenção climática apresentem metas climáticas mais ambiciosas em suas novas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) em 2025, transformando acordos em ações por governos e partes interessadas.

Trabalhando em cima desse objetivo, o Brasil aprovou no último ano o Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE), que inclui discussões sobre desenvolvimento de biodiesel, hidrogênio verde, energias renováveis e Combustível Sustentável de Aviação (SAF); o Plano Clima, que discute planos de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas; a Nova Indústria Brasil, estímulo à produção industrial brasileira com foco em desenvolver linhas de produção sustentável; e o Pacto pela Transformação Ecológica, um compromisso entre os Três Poderes de atuar, de maneira integrada, pela promoção da transformação ecológica.

O governo brasileiro também sancionou também a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, por meio da Lei nº 14.948, que institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono, concedendo um Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro) e criando o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

Bem como, aprovou o Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV), o Programa Nacional do Bioquerosene de Aviação (ProBioQAV) e outros incentivos destinados ao desenvolvimento de combustíveis sintéticos, etanol e biodiesel. O Programa estabelece medidas para promover a sustentabilidade e a inovação no setor de combustíveis e, trata também da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono. Assim, o Brasil chega à COP29 com planos de ação delimitados, o que demonstra seu compromisso com os acordos globais e com a presidência da COP30, atraindo o olhar de investidores e financiamentos climáticos e reafirmando seu papel de negociador climático frente à conferência.

O país também espera avançar o PL 2.148/15, conhecido como PL do Mercado de Carbono, aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2023, criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O texto estabelece limites para emissões de carbono, obrigando empresas que emitem mais de 10.000 toneladas de CO2 a comprar créditos de compensação caso ultrapassem esses limites, com multas de até 3% do faturamento bruto em caso de descumprimento. Agora, o projeto aguarda votação no Senado e, se aprovado, retornará à Câmara para revisão final.

Inovações e atuação estratégica da indústria para uma economia de baixo carbono

Assim como em 2023, a indústria contará com um espaço próprio na COP29, por meio do estande da Confederação Nacional da Indústria. Com o auditório “Arena Indústria Sustentável”, serão apresentadas iniciativas exitosas da indústria brasileira na agenda de Clima e debatidos os principais temas da COP. O espaço também contará com a sala “Conexão Brasil”, destinada a ações de relacionamento junto a empresas, delegações, federações, governo e entidades internacionais estratégicas para a indústria nacional.

Além do espaço, a CNI também promoverá o *side event* “Diálogo Empresarial para uma Economia de Baixo Carbono”. A partir disso, a CNI destaca três prioridades nas negociações da COP29: adaptação às mudanças climáticas, operacionalização do mercado global de carbono e mobilização de financiamento climático, conforme descrito no documento “Visão da Indústria para a COP29”. Esses pontos são fundamentais para que o Brasil alcance suas metas no Acordo de Paris, e a mobilização da indústria tem sido crucial nesse avanço.

Nesse sentido, a Confederação defende incentivos fiscais, parcerias público-privadas e criação de fundos internacionais para adaptação industrial, além de critérios claros para a operacionalização dos Instrumentos de Mercado de Emissões (ITMOs), vinculados ao Artigo 6 do Acordo de Paris. A instituição ainda propõe que créditos de carbono originados de projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) possam ser usados como compensações no futuro

mercado regulado brasileiro, reforçando o papel da indústria nacional na mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

O Brasil ainda não definiu como operará os ITMOs, que representam reduções de gases de efeito estufa, e a CNI defende a necessidade de estabelecer critérios claros para sua adoção. Entretanto, a transferência desses créditos exigirá ajustes no inventário nacional, tornando o processo mais complexo. Especificamente em relação aos créditos do MDL, que faz parte do Protocolo de Quioto, sugere sua comercialização no mercado voluntário para projetos anteriores e posteriores a 2013, desde que não sejam usados para cumprir as NDCs. No âmbito nacional, em outubro de 2024, 59 empresários e executivos publicaram um manifesto defendendo a aprovação do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional para a regulamentação do mercado de carbono.

No contexto brasileiro, o Plano de Transformação Ecológica, lançado na COP28, inclui finanças sustentáveis como um de seus eixos principais, com ações como a emissão de títulos soberanos e a criação de uma taxonomia sustentável, cuja interoperabilidade com outros países é defendida pela CNI. Além disso, o Fundo Clima, gerido pelo BNDES, prevê o financiamento de projetos de mitigação e adaptação climática, com foco na Indústria Verde, promovendo a descarbonização e o avanço tecnológico. Dessa forma, a CNI também sugere a inclusão de ações mais direcionadas à adaptação às mudanças climáticas nesse contexto.

A expectativa do Agronegócio para a COP29

Em evento promovido em 9 de outubro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entregou o Posicionamento do Setor Agropecuário para a COP29, construído pela Confederação, aos negociadores brasileiros e produtores rurais. Entre os pontos apresentados, destacamos a aprovação do plano de trabalho do Grupo de Sharm El-Sheikh e a definição da nova meta global de financiamento.

Espera-se que as negociações em Baku aprovelem o plano de trabalho do Grupo de Sharm El-Sheikh, trabalho conjunto para implementação de ações climáticas na agricultura e segurança alimentar, com o intuito de evoluir essas discussões na UNFCCC. O Plano deve abranger a criação do portal online, a definição dos temas a serem discutidos em workshops, além da elaboração de relatórios síntese sobre financiamento e cooperação

pelo Secretariado do Grupo. O portal será uma ferramenta para troca de experiências sobre as políticas e estratégias de agricultura e segurança alimentar adotadas pelas Partes e para fomentar oportunidades de cooperação e financiamento climático para sua implementação.

A CNA também entende que a nova meta de financiamento deve, efetivamente, apoiar os países na implementação de suas NDCs e seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), alinhados com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C até o final do século. Assim, defende que o ônus do financiamento precisa ser compartilhado entre os países desenvolvidos e determinados países em desenvolvimento, especialmente os maiores emissores, como é o caso da China.

Além disso, defende que a decisão sobre o Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG) precisa garantir a viabilidade de ações climáticas que incluam uma variedade de objetivos, como mitigação, adaptação, perdas e danos, transferência de tecnologias, capacitação e transparência. Essa abordagem integrada é essencial para que o agronegócio possa se adaptar e prosperar em um cenário de mudanças climáticas.





PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

A COP29, chamada de “COP das Finanças”, terá como foco principal a criação de uma Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) de financiamento climático, que definirá como os recursos globais serão mobilizados para apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A cada ano que passa, as Conferências das Partes sobre o Clima, da Organização das Nações Unidas (ONU), têm contado com uma participação cada vez maior do setor privado. Nossa equipe tem experiência de atuação nessas conferências anuais desde a COP22, em 2016, implementando diversas ações sempre com a convicção do papel fundamental do setor privado, em especial das indústrias brasileiras, na criação de soluções sustentáveis e inovadoras para viabilizar a transição global para uma economia de baixo carbono.

A sociedade civil pressiona os governos a assumirem metas mais ambiciosas de redução das emissões, as quais, só podem ser alcançadas com o comprometimento da indústria tanto em processos de descarbonização quanto na criação de soluções. Na COP29, o setor industrial reforçará o seu protagonismo nas discussões sobre o mercado de carbono, financiamento climático e soluções para a mitigação de emissões.

O agronegócio brasileiro, por sua vez, tem um potencial único de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que se adapta aos desafios impostos por elas. O setor lidera a adoção de práticas regenerativas, a utilização de biocombustíveis e o manejo sustentável de terras, além de integrar-se ativamente no mercado de carbono. Com a maior biodiversidade do mundo, produção de

biomassa, uma matriz energética limpa e um agro já bastante sustentável, em comparação com os outros países, o Brasil tem todo o potencial para ser o protagonista nas soluções climáticas mundiais. Na COP29, as discussões sobre a criação de uma economia de baixo carbono oferecem oportunidades para destacar o agronegócio brasileiro como um exemplo para o mundo, impulsionando as suas práticas e gerando novas oportunidades de negócios, com potencial para atrair financiamento climático e gerar empregos de qualidade no nosso país.

Ao participar de maneira ativa e estratégica na COP29, o Brasil fortalece suas bases para desempenhar um papel ainda mais relevante como anfitrião da próxima Conferência, reafirmando seu protagonismo nas soluções globais para a transição para uma economia de baixo carbono. A COP29 também oferece uma plataforma para que o setor privado brasileiro reafirme seu compromisso com a descarbonização, aproveitando as vantagens comparativas do país e se preparando para o protagonismo que o Brasil exercerá na COP30.

Apesar da economia de baixo carbono representar um grande desafio para a maioria dos países, para o Brasil é uma grande oportunidade, visto que temos vantagem natural competitiva para liderar o tema globalmente e fornecer soluções para o mundo, atraindo investimentos e empregos de qualidade em nosso país.

Assim como nas últimas COPs, o nosso time acompanhará in loco, assessorando os nossos clientes a aproveitarem ao máximo, e de forma estratégica, a chance de se posicionarem entre os grandes líderes globais no fornecimento de soluções para a transição global para economia de baixo carbono.

Acompanhe as nossas redes sociais para ficar por dentro dos bastidores da COP29, oportunidades e tendências. É a #PerspectivasNaCOP29!

- Letícia Macário, coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais

SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono, e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com